

# jornal Abrapp

nº 1 / 90

Edição Especial  
Nova Diretoria

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES  
FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

## A Nova Arrancada

Nascido de uma necessidade histórica dos trabalhadores brasileiros, o sistema de previdência complementar segue de mãos dadas com a história. As tendências universais e ainda mais especialmente as que encontram eco em nosso país são captadas e refletidas nas entidades fechadas, que assim seguem uma rota ditada pelos interesses do país, sempre na direção dos ventos, e nunca procurando inventar caminhos artificiais e egoístas.

O momento vivido na ABRAPP, com a posse da nova diretoria eleita em fevereiro, confirma tudo isso. A coerência é a mesma exibida desde o início da consolidação do sistema, nos anos 70, quando as entidades fechadas de previdência privada surgiram em maior número para atender a tendência do brasileiro de pensar cada vez mais no social. Vivia-se ainda o crescimento rápido da economia, mas o próprio governo reconhecia que a qualidade de vida não acompanhava essa explosão de desenvolvimento. A começar pelos percalços da previdência social, sempre envolta em graves desequilíbrios. A previdência complementar surgia, então, para dar a milhões de trabalhadores uma saída para essa crise. Sem ela, percebeu-se logo, ficavam impossíveis aposentadorias ou pensões — ou qualquer outro benefício — dignos desse nome.

Uma segunda tendência refletida no sistema de previdência complementar é a onda liberal e, conseqüentemente, a redução da intervenção do Estado na economia e nos negócios. Afinal, as entidades fechadas são o resultado de uma iniciativa das empresas e de seus funcionários de forma a suprir uma carência do Estado, que sabidamente não consegue atender às necessidades de seus cidadãos nos terrenos da previdência e da seguridade.

Quer dizer, as nossas EFPPs são uma importante contribuição ao esforço que o país faz, em especial após a posse do governo Collor de Mello, para privatizar a sua economia.

Em seu discurso de posse, pronunciado na solenidade realizada no auditório da ABRAPP no dia 1º de março, o presiden-



Mizaél Matos Vaz: engenheiro econômico e social

ANA LUIZA DE OLIVEIRA

te Mizael Matos Vaz observou que "nossas associadas optaram por uma administração da Associação mais sintonizada com o pensamento liberal, onde são priorizadas as soluções de mercado e a ampliação do espaço de atuação da empresa privada, com a redução da presença do setor estatal na economia".

Vaz fez ver que esses ventos liberalizantes são sentidos, inclusive, na composição dos órgãos colegiados da ABRAPP. O novo Conselho Deliberativo, por exemplo, integrado por 25 membros, tem a metade deles indicada por empresas privadas, nacionais e multins.

Com esse crescimento da presença das empresas privadas nos organismos da ABRAPP, disse o novo presidente em sua posse, a Associação terá provavelmente facilitados os seus contatos com o empresariado, persuadindo-o da necessidade da expansão do sistema de previdência complementar. Esse crescimento, como se sabe, traz vantagens imensas para o país, a nível de fortalecimento da economia e da paz social.

Desempenhando papel assim tão relevante para o país, é natural que o sistema de previdência complementar espere receber do Estado as condições que lhe permitam desempenhar as suas tarefas. As EFPPs não pedem favores, pleiteiam apenas ou principalmente que o governo não interfira demais, através de um excesso de regulamentação capaz de tolher de tal modo a liberdade de gestão que, é razoável acreditar, pode ficar comprometido o resultado final.

Em seu discurso de posse Mizael dedicou um bom espaço a este importante aspecto: "neste momento em que o Brasil entra em nova fase político-institucional, e quando está se instalando um novo governo, imbuído da moderna filosofia do capitalismo democrático — isto é, a junção do liberalismo político com a economia de mercado — é fundamental que as entidades fechadas se mobilizem para aproveitar esta onda de modernidade e extirpar o excesso de legislação e interferências equivocadas que caracterizaram muitas das ações do poder público sobre o sistema de previdência complementar", começou dizendo.

Em outro trecho, lembra que "mediante contribuição das patrocinadoras, ou dos participantes e patrocinadoras, as EFPPs acumulam recursos que devem ser aplicados de modo a garantir, no presente e no futuro, o pagamento dos compromissos previstos em seus planos de benefícios. O patrimônio que vem sendo formado é, nos termos da legislação que rege seu funcionamento, propriedade dos participantes e não das empresas patrocinadoras, sejam elas privadas ou públicas. Pelo volume de recursos já consolidado — cerca de US\$ 15 bilhões — e pelas características de exigibilidade que apresentam, as entidades fechadas são, hoje, os mais importantes investidores institucionais do país. Numa avaliação conservadora, em que se admita como premissa a estabilização do sistema nos atuais 2 milhões de trabalhadores, o patrimônio destas entidades deverá crescer com rapidez até estabilizar-se, ao final, em algo da ordem de US\$ 95 bilhões, em valor presente. No entanto, se levarmos em conta a existência de 6 mil empresas que reúnem condições para criarem suas próprias fundações para 6 milhões de trabalhadores, verificamos que o potencial de geração de poupança de longo prazo de nosso sistema é muito maior".

Portanto, é em nome do país mesmo que o nosso sistema pede liberdade para poder trabalhar e crescer e, assim, cumprir sua missão social e econômica. Para Vaz, "uma das distorções mais gritantes é a existência de um teto para os salários-de-participação nas entidades, equivalente a 3 vezes o teto do salário-de-benefício para a previdência social. Esta limitação, desde 87 só existe para as entidades patrocinadas por empresas do setor público federal. Este limite só tem servido para fazer com que numerosos participantes com salários superiores aquele teto, e em condições de se aposentar, não exerçam este direito para não terem sua renda reduzida. Isto tem contribuído para aumentar os dispêndios das empresas patrocinadoras do setor estatal, na medida em que empregados de mais idade e de salários mais elevados não são substituídos por outros, mais jovens e de menores salários".

Mizael também apontou outro equívoco do governo: a tentativa de efetuar um controle dos dispêndios das empresas estatais através da limitação imposta à previdência complementar. Disse o novo presidente da ABRAPP: "refiro-me aos limites das contribuições que as empresas do setor público efetuam para as fundações que patrocinam. A fixação em 7% da folha salarial, como limite para estas contribuições, pode impedir a otimização dos gastos com pessoal dessas empresas. Ora, suponhamos, por absurdo, que as despesas com pessoal fossem pagas, em sua totalidade, sob a forma de contribuições para o fundo de pensão. Esta forma é macroeconomicamente mais vantajosa para a sociedade, quando comparada com igual pagamento sob a forma de salários diretos, na medida em que, na primeira hipótese, se está diferindo renda por 25 a 30 anos, contribuindo para a formação de poupança a longo prazo".

"É hora de desregulamentarmos a previdência complementar, retirando a interferência perturbadora do Estado, deixando-a livre para crescer e aumentar o estoque de poupança a longo prazo, de que tanto carece a economia nacional", sublinhou o novo dirigente. Em seguida completou, observando ser fundamental que as entidades tenham maior liberdade para direcionar seus investimentos, com as aplicações compulsórias, verdadeiras reservas de mercado, sendo eliminadas.

Após pressupor o cenário dentro do qual o país deverá movimentar-se nos próximos tempos, Vaz enumerou os pontos principais da atuação futura da nova administração da ABRAPP:

■ Necessidade de ampla divulgação do sistema, utilizando-se modernos recursos de marketing institucional, com nítida identificação dos públicos alvo e dos instrumentos requeridos para alcance dos objetivos. Neste sentido, ênfase especial deverá ser dada à divulgação junto a cerca de 6.000 empresas privadas com potencial para criarem suas próprias EFPPs.

■ Aprofundamento das relações com entidades sindicais, objetivando a obtenção de seu apoio na condução de pleitos voltados à defesa e ao aprimoramento do sistema, mediante um esforço de divulgação das vantagens que proporciona aos trabalhadores participantes.

■ Desenvolvimento do potencial de mobilização dos dirigentes atuais e futuros das associadas, priorizando o aguçamento de

sua sensibilidade política e o estreitamento de suas relações com membros dos poderes executivo e legislativo federais, visando a unificação de propostas e procedimentos, essenciais para o bom termo dos pleitos do setor junto àquelas instâncias.

■ Amplo relacionamento com o congresso nacional para a tramitação de legislação complementar à Constituição Federal, bem como outras medidas legais, pertinentes à área de atuação do sistema fechado de previdência privada e do sistema oficial de previdência social. Neste sentido, deverá ser priorizado o trabalho de conscientização de congressistas, envolvendo dois níveis: divulgação institucional no meio parlamentar, enfatizando a relevante função social do setor em seu caráter complementar à seguridade social; e interação do processo eleitoral de 1990, identificando futuros interlocutores, com forte apoio da atuação regional das entidades filiadas.

■ Aproximação dirigida aos futuros integrantes da Administração Federal, particularmente nos órgãos responsáveis pela fiscalização e normatização do setor.

■ Agilidade no tratamento de informações e dados, para que se solidifiquem como importante fonte de subsídios para as negociações e interlocuções nos diversos fóruns.

■ Aparelhamento técnico do sistema através do treinamento integrado e de publicações especializadas.

■ Continuidade da integração com a comunidade internacional, absorvendo novas experiências e consolidando o modelo brasileiro.

Acompanhar essas manifestações do novo presidente diz muito da forma de pensar da diretoria e conselhos que assumiram. A leitura de documentos como o "programa de trabalho" proposto pela então Chapa 2, diz outro tanto. No documento defende-se a necessidade de se usar o XI Congresso com uma oportunidade para ampliar os espaços políticos conquistados pelo sistema, aproveitando a proximidade das eleições legislativas. Prega-se também que os encontros regionais sejam aproveitados para o estreitamento dos laços entre parlamentares e dirigentes locais. É defendida ainda a deflagração de uma série de eventos institucionais sobre temas específicos, além de reuniões informais com políticos, encontros entre a diretoria da ABRAPP e lideranças regionais do sistema e a constituição, dentro da estrutura da Associação, de um Departamento de Economia e Estatística, entre outras iniciativas.